

CARTA PROPOSTA PARA MINAS SONHAR DE NOVO

Belo Horizonte, 21 de agosto de 2026

Nós da Plataforma Operária e Camponesa da Água e da Energia reunidos nesse lançamento das Brigadas de Agitação e Propaganda Lula, Patrus, Marília e Áurea reafirmamos os seguintes pontos programáticos para Minas Sonhar de Novo:

- 1) Reverter as privatizações feitas pelos governos anteriores com retorno do investimento público para a qualificação dos serviços de acesso à água e à energia, com prioridade para as famílias mais pobres do nosso Estado por meio de uma política de tarifas a preços justos e acessíveis.
- 2) Construir um debate público sobre como os bens naturais presentes em Minas Gerais devem ser utilizados para o desenvolvimento e a industrialização com participação popular, garantia dos direitos dos atingidos, geração de emprego, renda e oportunidades, sobretudo no que se refere às terras raras e aos minerais críticos.
- 3) Criar um órgão estadual que implemente a Política Nacional dos Direitos das Populações Atingidas (PNAB) e regule e efetive a Política Estadual dos Atingidos por Barragens (PEAB) bem como seja um instrumento de fiscalização e monitoramento das políticas que garantam segurança para comunidades atingidas em todo o Estado diante dos riscos de rompimentos de barragens e consequências dos extremos climáticos.
- 4) Pautar a reorganização do papel do Estado de Minas Gerais na execução dos acordos de Brumadinho e do Novo Acordo Rio Doce ampliando a participação popular e destinando os recursos sob a gestão estadual para a reparação integral dos danos.
- 5) Implementar uma política estadual transparente de regularização fundiária e direito à cidade, apoiando municípios na regularização de assentamentos urbanos e rurais, na garantia da segurança da posse e no acesso à infraestrutura e aos serviços públicos, articulando habitação, saneamento, mobilidade, urbanização, meio ambiente e desenvolvimento social. A política deverá priorizar territórios populares e comunidades em situação de vulnerabilidade, integrando ações de prevenção e adaptação às mudanças climáticas e de redução de riscos de desastres.
- 6) Reverter a privatização das 95 escolas estaduais vendidas pelo atual governo, pagamento do piso salarial dos profissionais da educação bem como a ampliação de direitos, garantias, estabilidade e crescente investimento público em educação e tecnologia em Minas Gerais.